

APOIO PARA O ENSINO DA LEITURA E ESCRITA PARA JOVENS, ADULTOS E IDOSOS EM FASE DE ALFABETIZAÇÃO

SUPPORT FOR TEACHING READING AND WRITING FOR YOUNG PEOPLE, ADULTS
AND ELDERLY IN THE LITERACY PHASE

Ana Cláudia Dias Viégas¹
Flaviane Leite Machado de Faria Oliveira²
Marcela Eduarda Aparecida da Silva³
Mariana Cristina Andrade Pereira⁴
Wesley Honorato Ribeiro⁵
Miriam Maria Roberto Marmol⁶

RESUMO

O estudo tem por objetivo fazer um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil pautado nas políticas públicas dessa modalidade de ensino, para além trazer um estudo de caso de dois participantes que desejam alfabetizar-se pelo modo não-formal de educação. O grupo buscou de forma voluntária dois participantes para envolver-se no projeto. Nessa primeira parte do estudo, o grupo entrevistou e realizou uma avaliação diagnóstica dos convidados, para assim montar um planejamento e ações personalizadas de acordo como a necessidade de cada um dos envolvidos. Baseado na história de vida, na motivação dos participantes e nos conhecimentos a respeito de como ocorre o processo de alfabetização, o grupo busca desenvolver habilidades capazes dos convidados em realizar uma leitura fluida, uma escrita mais organizada e ortográfica além de inserir esses sujeitos em uma cultura letrada.

PALAVRAS - CHAVE: Estudo de caso. Educação de jovens e adultos. Histórico da EJA no Brasil. Políticas públicas EJA.

ABSTRACT

The study aims to bring a brief history of Youth and Adult Education (EJA) in Brazil based on the public policies of this type of teaching, in addition to bringing a case study of two participants who wish to become literate by the non-formal way of learning. education. The group voluntarily sought two participants to get involved in the project. In this first part of the study, the group interviewed and carried out a diagnostic evaluation of the guests, in order to put together a plan and personalized actions according to the needs of each one involved. Based on the life story, on the motivation of the participants and on the knowledge about how the literacy process occurs, the group seeks to develop skills capable of the guests in performing a fluid reading, a more organized and orthographic writing, in addition to inserting these subjects in a literate culture.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Pará de Minas – Fapam.

² Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Pará de Minas – Fapam.

³ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Pará de Minas – Fapam.

⁴ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Pará de Minas – Fapam.

⁵ Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Pará de Minas – Fapam.

⁶ Professora Mestre em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

KEYWORDS: Case study. Youth and adult education. History of EJA in Brazil. Public policies EJA

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino no Brasil legitimada por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, mas segundo Strelhow (2010) é uma modalidade de ensino complexa porque envolve elementos que transcendem a questão educacional. Essa escolarização até pouco tempo atrás era vista meramente como alfabetizar os sujeitos como um processo de leitura e escrita (STRELHOW, 2010). Mas o trabalho do público da EJA vai além, é uma possibilidade de ampliar e resgatar junto aos alunos suas histórias de vida, valorizando o conhecimento cotidiano (STRELHOW, 2010).

Para Silva (2008) et al, a EJA traz uma perspectiva de resgate social, com uma população que foi privada do estudo devido a falta de acesso e oportunidade na idade própria. Dessa maneira, deve-se considerar que vivemos em uma sociedade grafocêntrica em que a escrita permeia os mais simples aspectos da vida cotidiana. Assim, entende-se como fundamental o acesso a esse conhecimento, considerando o conhecimento do cotidiano que esse público traz consigo. Portanto, segundo Silva (2008), o professor exerce um papel fundamental nesse resgate do sujeito na cultura letrada, levando em consideração sua bagagem de vida, sua motivação, visão de mundo e compreendendo suas peculiaridades. Ainda, segundo Strelhow (2010), a prática do professor deve ser reflexiva tendo uma visão ampla de educação.

Para além, a proposta do presente trabalho está em consonância com o artigo 205 da Constituição Federal, com a meta 9 do PNE, além dos artigos 37 e 38 da LDB em que ambos tratam a EJA como um direito subjetivo à todas as pessoas que não tiveram acesso a educação ou não concluíram em idade convencional.

Diante o exposto, este estudo busca apresentar dois casos de adultos que se interessam em alfabetizar por diversas motivações como ler na missa e tirar a habilitação. Desse modo, tal projeto visa a alfabetização básica desses sujeitos em ambiente informal de educação com fins motivacionais dos próprios sujeitos, auxiliando no processo de emancipação dos mesmos.

Ademais, ao possibilitar uma oportunidade de ampliação dos saberes acerca da leitura e escrita, a proposta visa equalizar os sujeitos oferecendo a chance de inserção e uso na cultura do escrito. Portanto, entende-se que o resultado do trabalho em questão poderá colaborar para que os sujeitos envolvidos possam ter realizações pessoais que não foram antes alcançadas devido a

limitação em relação à leitura e escrita. Diante disso, o documento Marco de Ação de Bélem (2010), criado a partir sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia), pontua que:

A alfabetização é um pilar indispensável que permite que jovens e adultos participem de oportunidades de aprendizagem em todas as fases do continuum a aprendizagem. O direito à alfabetização é parte inerente do direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político. A alfabetização é um instrumento essencial de construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura, da economia e da sociedade. (UNESCO, 2010, p. 7)

Diante disso, compreende-se o quanto esse público foi prejudicado em relação à oportunidade de estudos e como ela foi realizada priorizando sempre a economia ao invés da educação como formação do cidadão. Desse modo, este estudo é uma possibilidade de alfabetização e letramento desses sujeitos interessados, em vista de ampliar o conceito de alfabetização para além de ler e escrever atingindo a motivação desses sujeitos. A primeira parte do trabalho será realizada no primeiro semestre de 2021 com a escolha dos participantes, a avaliação diagnóstica dos mesmos e estruturação do projeto.

Os participantes são uma senhora de 72 anos, com o intuito de preservar a imagem da participante será chamada de Marie, reside em Florestal (MG), sua maior motivação de acordo com a entrevista é ler orações e realizar leitura em missas. O segundo participante é do sexo masculino tem 40 anos, com o intuito de preservar a imagem do participante será chamado de Jamie, reside na zona rural de Conceição do Pará (MG), e sua maior motivação é conseguir tirar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH.

A escolha dos participantes ocorreu por serem pessoas conhecidas do grupo e que tinham o interesse em alfabetizar-se. Após várias reuniões, estudos e discussões, chegamos à conclusão de que seria feita uma entrevista e uma avaliação diagnóstica a fim de compreender a história melhor dos sujeitos participantes, além de conhecer o nível de conhecimento acerca da leitura e escrita dos mesmos.

Devido ao contexto pandêmico, Minas Gerais pelo programa Minas Consciente entrou na onda roxa no dia 17 de março de 2021, e permaneceu nesse período por mais de um mês. O grupo então respeitou o momento, e assim que houve o decreto Municipal em que o município saíria da onda roxa retomamos nosso projeto com as entrevistas.

Na entrevista realizada por meio de conversa, foi perguntado a respeito sobre sua história de vida, o porquê parou de estudar, sua motivação dentre outros. A respeito da avaliação, ela foi realizada por meio de uma atividade impressa em que os participantes precisavam de escrever o nome, distinguir números de letras, autoditado (de sílabas canônicas), ler um pequeno e simples

texto e escrita espontânea por meio de um ditado de seis palavras simples (sílabas canônicas). De acordo com a avaliação realizada e análise do grupo, podemos inferir que os participantes estão no nível alfabético da Hipótese de Escrita Diagnóstica da Psicogênese da Língua Escrita. Porém, necessitam de lapidar seus conhecimentos a respeito do alfabeto, da ortografia, da consciência fonológica e principalmente habilidades de leitura.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: HISTÓRICO, LEGISLAÇÕES, EDUCAÇÃO POPULAR E SUJEITOS DA EJA

2.1 HISTÓRICO E DOCUMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -EJA

A EJA é uma modalidade de ensino para aquelas pessoas que não conseguiram acesso ou continuidade nos estudos na idade apropriada. Mas nem sempre foi assim.

A história da educação no Brasil teve início junto a seu descobrimento, quando missionários Jesuítas vieram para o Brasil para educar os índios que ali viviam. Com a educação voltada à igreja, os Jesuítas passaram a ter domínio, formando uma elite religiosa, mas logo eles foram expulsos do Brasil por Marquês de Pombal. Com a vinda da família real, a educação passou a ser responsabilidade do império, surgindo a Constituição de 1824, garantindo a educação primária, porém ficou só no papel, pois a educação foi sendo marcada pelo elitismo, designada aos filhos de colonizadores portugueses (brancos e homens).

Em 1834 a partir do Ato Constitucional, ficou sob responsabilidade das províncias a instrução primária e secundária de todas as pessoas, mas que foi designada especialmente para jovens e adultos. O letramento dessas pessoas era um ato de caridade. “Era preciso ‘iluminar’ as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso” (STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 261). A alfabetização de jovens e adultos deixa de ser um direito para ser um ato de solidariedade.

Com a reforma de Leôncio de Carvalho (1879), define-se o analfabeto como independente e incapaz. Posteriormente, já em 1881 com a lei Saraiva, restringe os votos a pessoas alfabetizadas. O voto que anteriormente era restrito às pessoas que possuíam determinada renda, agora essas pessoas teriam que ter renda e serem alfabetizadas. (BARBOSA; RUI 1882), postula que “os analfabetos são considerados, assim, como crianças, incapazes de pensar por si próprios”

Por volta 1915, surge a Liga Brasileira contra o analfabetismo que visava erradicar o analfabetismo no Brasil, já que a educação se torna uma política pública voltada para o mercado de

trabalho e não para o desenvolvimento do indivíduo. Em 1920, 72% da população ainda eram analfabetas. Foi um período delicado no qual o analfabetismo era considerado uma praga que deveria ser exterminada.

Por volta de 1934 foi criado o Plano Nacional de Educação que incluía a EJA, mas não considerava as especificidades de aprendizagem do adulto. E a partir da década de 40, a Educação de Jovens e Adultos volta a pautar a lista de prioridades necessárias do país. Após a segunda guerra mundial, a ONU pressiona para erradicar o analfabetismo, sendo incluída na educação brasileira. E em 1946 surge a lei orgânica do ensino primário que previa o ensino supletivo. Já em 1947 é denominado a Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, com o objetivo de erradicar o analfabetismo daquelas pessoas consideradas “nações atrasadas”. Em 1952, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), para atender as populações que viviam no meio rural. Logo em seguida faz-se necessário romper com os preconceitos que envolviam as pessoas analfabetas. É nessa época que começamos a conhecer um dos maiores pedagogos do país, Paulo Freire, que em sua visão as pessoas analfabetas não deveriam ser vistas como imaturas e ignorantes e que “o problema do analfabetismo não era o único nem o mais grave da população: as condições de miséria em que vivia o não alfabetizado é que deveriam ser problematizadas” (STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 268). Na década de 60 inicia a ditadura e a pedagogia de Paulo Freire foi interrompida.

Em 1967 o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que procurava responsabilizar o indivíduo de sua situação desconsiderando-o do seu papel de ser sujeito produtor de cultura, sendo identificado como uma “pessoa vazia sem conhecimento, a ser ‘socializada’ pelos programas do Mobral” (MEDEIROS, 1999, p. 189). ele foi criado pelo governo a fim de acabar com o analfabetismo no Brasil em 10 anos, para jovens e adultos entre 15 e 34 anos. Em março de 1985 o programa chega ao fim.

Com a constituição de 1988 a EJA passou a ser direito dos brasileiros que não tinham estudado assim essas pessoas teriam educação adequada de acordo com suas necessidades de estudo.

Em 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) sendo dois artigos voltados para a EJA o artigo 37 e 38:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. §1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. §2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do

trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. §1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II– no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. (LDB,1996).

Entre 1995 e 2002 foi criado o Programa de Alfabetização Solidária (PAE), no mesmo ano de 2002 uma organização não governamental deu continuidade. E em 2003 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva implantou o programa Brasil Alfabetizado e nele incluía os povos indígenas as pessoas que moravam em áreas rurais pescadores e pais de crianças que beneficiara do programa Erradicação do Trabalho Infantil, que não alcançou seu objetivo final.

Diante disso, compreende-se que a primeira política pública de Estado que amparou de forma mais ampla a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, foi a Constituição de 1988, são 13 artigos norteando a Educação e 4 deles especificando a educação de jovens e adultos. O artigo 205 trata a educação como direito subjetivo de todos, sendo dever do Estado e da família visando o desenvolvimento pleno da pessoa. Ainda, a Carta Magna, no artigo 206, garante igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e no artigo 208 menciona que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia da educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Para além, o artigo 214 menciona o Plano Nacional de Educação como sendo um projeto a ser construído com 5 metas iniciais, dentre elas a erradicação do analfabetismo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, também contribuiu para a garantia dos direitos da EJA como política pública. Ela menciona a EJA no Título V, capítulo II como uma modalidade da educação básica transcendendo a dimensão do ensino supletivo, e regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental em idade convencional. A no artigo 37 estabelece que os sistemas de ensino assegurarão a gratuidade aos jovens e adultos, bem como oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do aluno, seus interesses, condições de vida e trabalho mediante cursos e exames. O artigo 38 sistematiza o currículo da EJA sendo a base nacional do currículo os cursos e exames supletivos. Ainda, tais exames poderão ser realizados por alunos que sejam maiores de 15 anos (para o Ensino Fundamental) e 18 anos (para o Ensino Médio). Para além, os conhecimentos e habilidades adquiridos por meio informal serão levados em consideração e aferidos por meio de exames.

Ademais, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) 2000, são normas obrigatórias estipuladas pelo Conselho Nacional de Educação para orientação do planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Esse documento legal reafirma a EJA como uma modalidade da Educação Básica com identidade própria considerando faixa etária, perfil dos estudantes dentre outros. Para as DCNs as funções da EJA são: reparadora, do ponto de vista dos direitos civis pela recuperação de um direito negado mas também como reconhecimento de uma igualdade essencial de todo e qualquer ser humano; equalizadora, a EJA vai dar resguardar os trabalhadores e outros segmentos sociais que tiveram sua ruptura do processo educacional por repetência ou evasão, desiguais oportunidades dentre outras, possibilitando novas conexões com o mundo do trabalho e na vida social; qualificadora, é o próprio sentido da EJA, tem como base a incompletude do ser humano levando em consideração o desenvolvimento da potência e de adequação em quadros escolares e não escolares. Ainda, reafirma a faixa etária direcionada para o público da EJA colocada pela LDB: mínimo de 15 anos para o Ensino Fundamental e mínimo de 18 anos para o Ensino Médio.

De acordo com a Constituição de 1988 e a Conferência Nacional de Educação Básica de 2008 couberam à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), colocada em vigor em 1996, para definir parâmetros mais claros no tocante a critérios específicos para a EJA. A LDB, em seu artigo 37, definiu que a “Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”, com os “sistemas de ensino” tendo que assegurar “gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” e cabendo ao Poder Público viabilizar e estimular “o acesso e a permanência do trabalhador na escola”. A LDB, ainda, no mesmo artigo 37, propõe e promove a articulação da EJA com a educação profissional.

2.2 DADOS DO ANALFABETISMO NO BRASIL

Em um país no qual apenas 13,4 milhões (8, 3%) de pessoas concluíram o ensino superior e cerca de 12,9 milhões (8, 6%) de cidadãos (ãs) com 15 anos ou mais se encontram em situação de analfabetismo absoluto, e ainda mais acentuada a visibilidade da negação do direito à educação quando o recorte se faz por região. A pesquisa nacional por amostra de Domicílio-IBGE./PNAD/2011 apontou o elevado índice de analfabetismo nas Regiões Norte e Nordeste, sendo que esta última concentra 52,7% do total de analfabetos do país, ou seja, cerca de 6,8 milhões de pessoas. Tais dados possibilitam compreender que o indispensável para um segmento social não é para outro, sendo urgentes ações que objetivem não conformar a desigualdade.

O PNE, como lei, de conjunto não contempla as propostas e reivindicações dos setores democráticos e populares da sociedade. Ele é uma espécie de salvo-conduto para que o governo continue implementando a política que já vinha praticando. Vimos, também, que, como foi aprovado no parlamento, este PNE já estava claramente comprometido, em sua validade, pelo traço de carta de intenções.

2.3 EDUCAÇÃO POPULAR E PARTICULARIDADES DA EJA

Na história da educação brasileira, é imprescindível falarmos de Paulo Freire, não somente por sua importância enquanto educador, mas, também, como construtor de uma proposta de educação para todos os brasileiros, a educação popular.

A educação popular, primeiramente, foi entendida como uma modalidade, uma extensão dos serviços da escola àquelas pessoas que, aparentemente, não tinham acesso à educação ou estavam à margem dela, depois de algum tempo é que ela foi entendida como um conjunto de lutas para que a educação fosse realmente acessível ao povo. No começo da história da educação no Brasil, Azevedo (1976), diz que, "ao educar os índios, os negros, os mestiços, a Companhia de Jesus, assim sendo implantaram o que seria a semente da educação popular". É claro que há os que discordam desta posição, mas no seu contexto histórico, qualquer educação voltada para o povo seria considerada educação popular. No século XX escolas formais foram se concretizando na América Latina e procuravam afirmar os princípios liberais de igualdade e justiça. Com isso, começaram os movimentos de trabalhadores, educadores, intelectuais e outros agentes envolvidos no processo pedagógico, para obrigar o Estado a se responsabilizar pela educação formal e para todos, com o apoio e interesse de empresários, os quais viam uma grande margem de lucro em trabalhadores bem formados. Foi com os movimentos populares que nasceu a discussão de uma educação que atendesse as necessidades do povo e que ampliasse a relação entre Estado, sociedade e educação das classes populares. Mas foi após a 1ª Guerra Mundial que começou uma ampla luta por uma educação que seria a primeira educação popular, visando a reduzir o analfabetismo que tinha índices muito elevados.

A educação popular tem-se constituído em um paradigma teórico que trata de codificar e decodificar os temas geradores das lutas populares, buscando colaborar com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas. Trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza, e de dar voz à indignação e ao desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, da mulher, do negro, do analfabeto e do trabalhador industrial. As possibilidades de futuro da educação popular são enormes e suas intuições originais estão presentes, como a obra de Paulo Freire, em muitas práticas educativas. Como concepção geral da educação, ela passou por

diversos momentos epistemológico educacionais e organizativos, desde a busca da conscientização, nos anos 50 e 60, e a defesa de uma escola pública popular e comunitária, nos anos 70 e 80, até a escola cidadã, nos últimos anos, num mosaico de interpretações, convergências e divergências.

Atualmente, uma das expressões mais vivas da educação popular está na educação de jovens e de adultos. Os jovens e adultos que lutam para superar suas condições de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc) estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o seu processo de alfabetização.

Para além, a Educação de Jovens e Adultos deve considerar as particularidades e necessidades dos indivíduos, assim como seu contexto social. Em consonância, Paula e Oliveira (2011) destacam que a EJA deve se constituir:

[...] a partir das identidades e culturas dos sujeitos que a integram, abrindo, assim, possibilidades de construção de propostas educativas relevantes e significativas, entendemos ser necessário o desenvolvimento de uma abordagem capaz de mapear e compreender a complexidade de suas realidades, desvelando, principalmente, os mecanismos desiguais que situam homens e mulheres em condições determinadas pela exclusão.(2011, p. 47)

Diante disso, entende-se que a formação de professores que irão atuar nessa modalidade deve entrar em consonância com tais princípios, envolvendo um olhar empático e compreensivo que vise entender o lugar de fala do indivíduo em razão de considerar sua trajetória singular na condução de seu processo de aprendizagem. Entretanto, como afirma Capucho (2012) a formação inicial de professores não tem preparado para a atuação nessa área, o que demanda uma formação continuada ou mesmo da prática cotidiana. Desse modo, infere-se que para uma educação de qualidade destinada a jovens e adultos, deve-se articular as políticas destinadas a EJA em torno da formação de professores que estejam capacitados para atuar nessa modalidade. Ainda nesse aspecto, Paula e Oliveira (2011) colocam que as universidades públicas têm o compromisso de desenvolver medidas que adequem os cursos de licenciatura, assim como de formação continuada, a proposta da EJA.

Outra questão a ser abordada, é em relação ao que justifica e torna imprescindível a EJA, especialmente acerca da alfabetização de jovens, adultos e idosos que não tiveram a oportunidade na idade própria. Iremos construir uma linha de raciocínio que dê sentido a tal colocação. Consoante, Soares (2019) descreve o processo de alfabetização e de letramento como processos indissociáveis mas distintos, sendo o primeiro inerente a técnica de codificar e decodificar, e o segundo ao uso social da escrita. Ainda, Soares (2019) pontua como sendo o elo desses dois processos o fato de que vivemos em uma sociedade grafocêntrica, na qual a escrita está

intrinsecamente envolvida nos processos sociais, e assim o processo de alfabetização só tem sentido uma vez que considere e parta dos usos sociais da técnica aprendida. Ademais, entende-se que os indivíduos estejam envolvidos desde o nascimento nessa cultura letrada vivenciando cotidianamente situações que envolvam, direta ou indiretamente, a escrita. Portanto, consoante Albuquerque, Morais e Ferreira (2010) o público da EJA, em especial da fase de alfabetização, as pessoas analfabetas:

[...] se envolvem em práticas de leitura e de escrita de diferentes textos por meio da mediação de uma pessoa alfabetizada elas escutam a leitura de notícias de jornais escritos ou televisivos para se manterem atualizadas, solicitam que pessoas de seu convívio leiam as cartas que recebem ou escrevam cartas ditadas por elas, leem textos religiosos por meio da leitura oral realizada por um membro da igreja que frequentam etc. Se considerarmos que as práticas de leitura e de escrita estão se tornando cada vez mais complexas, é difícil encontrarmos, atualmente, pessoas que não possuam experiências com a linguagem escrita. (2010, p. 14)

Conforme exposto, entende-se a alfabetização na EJA como um direito e uma oportunidade de incluir os sujeitos desse público. Portanto, é indispensável que as práticas que envolvem o processo de alfabetização da EJA, envolvam tanto a alfabetização quanto o letramento. Assim, é preciso haver uma coerência entre as atividades de alfabetização e letramento com a realidade e faixa etária do indivíduo em questão. Nessa perspectiva, Albuquerque, Morais e Ferreira (2010) afirmam que:

Tornar-se alfabetizado - ter domínio da escrita alfabética - é um direito de todos e um conhecimento necessário para que alguém seja, de fato, cidadão letrado. No entanto, aquele conhecimento não dá conta do aprendizado dos diferentes gêneros textuais e de suas funções e usos em diferentes contextos sociais, Vivemos um momento de construção de práticas de alfabetização em uma perspectiva de letramento. (2010, p.19).

2.4 SUJEITOS DA PESQUISA

A escolha de desenvolver um projeto para o público da EJA partiu do contato com sujeitos que tiveram o direito à alfabetização adequada negado por motivos variados e que ao longo da vida foram limitados a usufruir da escrita e leitura nas práticas sociais. Nesse sentido, entendemos a importância de oferecer apoio a esses sujeitos como forma de incluí-los nessa sociedade grafocêntrica e assim possam alcançar alguma realização pessoal.

Para além, depois da definição do tema, convidamos pessoas com o perfil esperado para o projeto, as quais são conhecidas dos integrantes do grupo. Nesse sentido, conseguimos duas adesões a nossa proposta e a partir dessa primeira conversa começamos a desenvolver a ideia.

Ademais, estabelecemos que nosso trabalho nesse 2021.1 seria sondagem dos sujeitos escolhidos e a estruturação do projeto. Desse modo, definimos que inicialmente seria realizada uma Avaliação Diagnóstica e uma Entrevista não-estruturada, em vista de compreendermos a história de vida desses sujeitos, suas motivações e o nível de conhecimento em relação à leitura e escrita. Ainda, a elaboração do projeto consistiu de levantamento bibliográfico do histórico, legislações e estudos acerca da EJA. Tais dados nos ajudaram a construir um panorama para basear o alcance do nosso objetivo final, que é o de oferecer a possibilidade de aprendizado da leitura e escrita aos sujeitos que não tiveram a oportunidade na idade própria, considerando a subjetividade e o contexto. Portanto, nosso objetivo para 2021.2 é o planejamento e aplicação de aulas de apoio à alfabetização dos três sujeitos envolvidos no projeto.

A entrevista não-estruturada foi feita com os sujeitos no mesmo dia da avaliação diagnóstica e seguiu uma mesma base com todos, em que buscamos saber quando e porque a pessoa parou de estudar ou não o fez, o impacto da falta de estudos na sua vida e sua motivação para melhorar seus conhecimentos de leitura e escrita atualmente. É importante mencionar que com intuito de proteger a identidade das pessoas avaliadas usaremos nomes fictícios sendo Jamie e Marie. Ainda, entendemos que todo esse processo se constituiu em um assunto muito delicado para os indivíduos em questão, o qual envolve muitos sentimentos e emoções. Por isso, foi fundamental ouvir a história de cada um com empatia.

Jamie tem 40 anos, é pedreiro, casado e tem uma filha. Teve uma infância conturbada, perdeu a mãe muito cedo, os irmãos mais velhos precisavam trabalhar e o pai se fez ausente. Desse modo, passava muito tempo na rua e aos nove anos foi levado para um orfanato pelos tios. Onde relata não ter tido uma experiência positiva com a escola. Ficou pouco tempo nesse local, pois fugiu e voltou para a casa dos irmãos.

Por volta dos seus onze anos foi adotado por um senhor da comunidade, com o qual passou a trabalhar e viveu até seus vinte e poucos anos. Diante disso, Jamie conta que nunca terminou os estudos, tentou o supletivo ainda quando tinha doze anos mas não seguiu em frente, concluindo apenas o 2º ano. Logo, pontua que não se interessava muito pela escola e teve problemas com uma professora, assim preferiu se dedicar ao trabalho e abandonar de vez os estudos. Ele conta que ao longo da vida sentiu falta dos estudos e que sente vergonha em determinadas situações, se sentindo de certa forma excluído.

Ainda, diz que a falta de estudos não o fez perder oportunidades de emprego, pois sempre trabalhou com serviços rurais e recentemente na construção civil. Entretanto, ressalta que têm alguma dificuldade com contas e medições, as quais são importantes na sua atuação como pedreiro. Jamie fala que pela falta de estudos não conseguiu tirar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH,

sendo essa uma das motivações para querer melhorar seus conhecimentos de leitura e escrita. Ele também relata que tem interesse em fazer cursos.

Marie tem 72 anos, é dona de casa, casada e tem dois filhos. Quando era criança estudou até o 2º ano do Ensino Fundamental, porém decidiu sair da escola e não quis mais voltar uma vez que seus colegas riam e zombavam dela, pois gaguejava. Vindo de uma família humilde, ela trabalhou por doze anos na roça com seu esposo. Contudo, a vontade de aprender a ler e escrever sempre esteve presente. Com a morte da mãe e do esposo, Marie começou a sentir-se sozinha e triste. Depois de alguns anos ela decidiu voltar a estudar, entrou na EJA estudou o 2º e 3º ano. No entanto, não conseguiu continuar pois não foram abertas novas turmas na cidade, uma vez que não havia uma quantidade suficiente de alunos para tal. Ainda, Marie relata que sempre quis aprender a ler e escrever de forma fluente, para que pudesse realizar atividades simples do dia a dia como ler na missa.

Para além, a fim de analisar a hipótese de escrita e alguns conhecimentos básicos de leitura, realizamos uma Avaliação Diagnóstica que se constituiu no reconhecimento das letras e números, escrita do próprio nome, ditado, leitura de poema e contagem de elementos em grupos. Utilizamos o mesmo formato de avaliação para os três sujeitos, todos apresentaram a hipótese de escrita alfabética, porém com dificuldades específicas que serão descritas a seguir.

A avaliação feita com Jamie revelou que o mesmo reconhece as letras e os números, tendo dificuldades apenas com o K, W e Y. Solicitado a escrever seu nome, ele não quis, alegando que estava tremendo, não insistimos para que se sentisse mais à vontade. Ainda, a partir da atividade de autoditado e ditado oral (apenas com palavras de sílabas canônicas) foi possível diagnosticar que Jamie se encontra na hipótese de escrita alfabética, necessitando desenvolvimento da ortografia. Ademais, ainda há a necessidade de confirmação da hipótese de escrita a partir das atividades que serão desenvolvidas na próxima fase do projeto. Além disso, com a relação a leitura Jamie apresenta dificuldades, tem leitura pausada, sem fluência, salta palavras e não compreende de modo satisfatório o que leu.

Para além, a avaliação realizada com Marie demonstrou que ela reconhece as letras e números, porém com dificuldade em pronunciar as letras V, W, X, Y e Z. Na escrita do nome percebe-se uma certa dificuldade no traçado/ ortografia correta das letras E e L. Na atividade de autoditado e ditado oral (apenas com sílabas canônicas), Marie apresentou estar na hipótese de escrita alfabética. Mas, do mesmo modo que com Jamie, é necessário confirmar sua hipótese escrita nas atividades que serão desenvolvidas. Ademais, teve dificuldade de diferenciação fonológica da letra B da letra D, escrevendo “babo” em vez de “dado”. Com relação à leitura, Marie tem leitura silabada e sem fluência.

Diante das avaliações realizadas, compreendemos que ambos sujeitos necessitam de intervenções direcionadas ao desenvolvimento da leitura, ortografia e consolidação do sistema de escrita alfabética. Porém, cada um possui particularidades que deverão ser consideradas no planejamento e execução das aulas.

2.5 LINKS DAS MÍDIAS GERADAS

Mural com apresentação do projeto disponível em <https://padlet.com/anadias0813/v8hza19ci4xhx621>.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos marcos históricos e legais acerca da Educação de Jovens e Adultos, compreende-se que houve uma evolução na oferta de ensino para esse público. Porém, ainda há muito o que se fazer no que se refere a efetivação satisfatória dos discursos legais em vista de políticas públicas que foquem em “medidas especiais emergenciais com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas”. (CAPUCHO, p. 23, 2012). Nessa perspectiva, conforme Capucho (2012) o acesso a uma educação de qualidade que vise a emancipação é aspecto fundamental para o crescimento pessoal, social e econômico e para a ampliação dos direitos desses sujeitos.

Portanto, a partir de nossos estudos acerca da EJA e do relato dos sujeitos envolvidos no presente trabalho, podemos confirmar a importância da educação na vida do indivíduo. Assim, iniciar este processo de instrução, com pessoas que foram privadas desta formação se tornou satisfatório, uma vez que os participantes, possuem sonhos e desejos que podem se realizar através da leitura e da escrita, em razão de estarmos inseridos em uma sociedade grafocêntrica.

Temos expectativa de colaborar com estes indivíduos, através da nossa experiência e aprender com as vivências de cada um, propondo um caminho possível e que seja significativo para estas pessoas. Acreditamos que através do projeto, possamos contribuir de modo considerável com a consolidação do processo de alfabetização e assim ampliar as perspectivas de vida desses sujeitos.

REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; MORAIS, Artur Gomes de; FERREIRA, Andréa Tereza Brito. A relação entre alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos: questões conceituais e seus reflexos nas práticas de ensino e nos livros didáticos. LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; MORAIS, Artur Gomes de. (Org.) Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BRASIL. Constituição de 1988. Planalto. Disponível em: <[Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 13 de março de 2021.

BRASIL. Constituição de 1988. Planalto. Disponível em: <[Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 09 de março de 2021.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica 2000. MEC. Disponível em: <[index.php \(mec.gov.br\)](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em 13 de março de 2021.

BRASIL. Lei das Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Senado. Disponível em: <[lei de diretrizes e bases 1ed.pdf \(senado.leg.br\)](http://www.senado.gov.br)>. Acesso em 13 de março de 2021.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. (PNE) Disponível em: <http://pne.gov.br/20> metas. Acesso em 09 de março de 2021.

CAPUCHO, Vera. Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI (Moacir Gadotti) Paulo Freire e a Educação Popular, São Paulo, Disponível em <https://sindacs.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/06/Paulo-Freire-e-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular..pdf>. Acesso em 22. mar. 2021

PAULA, Cláudia Regina de; OLIVEIRA, Márcia Cristina de. Educação de jovens e adultos: a educação ao longo da vida. Curitiba: Ibpx, 2011.

PINI (Francisca Rodrigues de Oliveira Pini) Educação Popular e os seus diferentes espaços: Educação social de rua, prisional e campo, Disponível <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v1/32.pdf> Acesso em 22. mar. 2021

SILVA, Geanne Selicane, TOLEDO, Juliana Fachini, SILVA, Renata, MAIA, Maria Angélica Gomes. Educação de Jovens e Adultos. XII Encontro Latino de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós Graduação. Universidade do Vale do Paraíba. 2008. Disponível em: <[INIC1248_02_A \(univap.br\)](http://www.univap.br)>. Acesso em 21 de maio de 2020.

STRELHOW, Thyeles. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

UNESCO (2010). Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, 6ª, Belém do Pará, Brasil, 2009. BR / 2010 / PI / H / 8. 2010. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187787>>. Acesso em 21. mar. 2021